

Entre a classe e a nação: o (inter)nacionalismo de Gramsci

DANIEL DE OLIVEIRA R. GOMES

Resumo: Análise sociologicamente o pensamento internacionalista de Gramsci, interpretando como conciliou ideais inerentes ao “internacionalismo proletário” com a demanda de unificação nacional italiana. A metodologia consiste em traçar um paralelo entre biografia e “Escritos Políticos”, expondo suas primeiras investidas em prol da independência da Sardenha, passando pela militância operária em Turim e a luta antifascista. Concluo com argumentos à luz de teóricos das nacionalidades.

Palavras-chave: Nação. Nacionalismo. Internacionalismo. Hegemonia. Classe.



Between class and nation: Gramsci's (inter)nationalism

Abstract: I analyse Gramsci's internationalist thinking from a sociological perspective, interpreting how he reconciled the ideals inherent to “proletarian internationalism” with the demand for national Italian unification. The methodology consists of tracing a parallel between biography and “Political Writings”, exposing his first forays in favour of the independence of Sardinia, his turn to workers' militancy in Turin and the fight against fascism. I conclude with arguments from nationality theorists.

Keywords: Nation, Nationalism, Internationalism, Hegemony, Class.

DANIEL DE OLIVEIRA R. GOMES

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Ocupante do cargo de sociólogo da Defensoria Pública da União no Ceará (DPU/CE).
danielorg2@gmail.com

RECEBIDO 23.04.2016

APROVADO 15.06.2016

Decerto, somente a classe operária, arrancando das mãos dos capitalistas e dos banqueiros o poder político e econômico, é capaz de resolver o problema central da vida nacional italiana, ou seja, a questão meridional; decerto, somente a classe operária pode levar a cabo o laborioso esforço de unificação iniciado com o *Risorgimento*. A burguesia unificou territorialmente o povo italiano; cabe à classe operária a tarefa de levar a cabo a obra da burguesia, de unificar econômica e espiritualmente o povo italiano (GRAMSCI, 2004b, p. 34-35).

1 INTRODUÇÃO

A citação acima foi proferida no início de 1921, em circunstâncias cruciais da militância de Antonio Gramsci. Meses antes, havia sido sufocada a tentativa de instaurar um novo modelo de Estado na Itália, a partir da experiência autogestionária dos Conselhos de Fábrica (inspirados nos soviets russos), culminando com a ocupação de quase mil indústrias por cerca de meio milhão de operários, obviamente concentrados na região Norte, a mais desenvolvida (DIAS, 2004b).

O fascismo ascendia como um movimento reacionário de massas: pela imprensa, Mussolini e seus seguidores exploravam a retórica da “vitória mutilada” (parcas compensações territoriais à Itália por sua adesão à Tríplice Entente), organizando ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial e trabalhadores, que formavam grupos para ações violentas contra organismos de oposição urbanos e rurais tidos como ameaças à ordem e inimigos da pátria (DIAS, 2004b; DUGGAN, 1994). Latifundiários, industriais e o próprio governo se aproximaram de Mussolini, que, em 1922, comandaria uma marcha armada sobre Roma e seria proclamado primeiro-ministro pelo rei da Itália.

Em que sentido um apaixonado defensor da “união dos proletários de todo o mundo”, que havia propugnado a secessão meridional e o lançamento dos setentrionais ao mar, passou a empunhar a bandeira da unificação econômica e espiritual do povo italiano? Qual o significado das crescentes referências à nação em seus textos, especialmente no período que antecedeu o cárcere?

Seriam o nacionalismo e o internacionalismo opostos extremos, como defendem muitos marxistas, ou se verificariam interfaces entre ambos na dinâmica sociopolítica?¹

A atuação de Gramsci fornece importantes elementos para a discussão dessas questões, na medida em que vinculou três proposições políticas fundamentais: 1) a defesa da união dos proletários de todo o mundo, ou seja, a utopia internacionalista por excelência; 2) a concretização da unidade nacional dos italianos em bases populares; e 3) a eliminação das barreiras socioeconômicas que separam as regiões Norte e Sul, provocando o subdesenvolvimento da ilha natal do autor, a Sardenha.

Tomando como fio condutor o relacionamento entre as referidas proposições, traço um paralelo entre a biografia do autor e os chamados *Escritos Políticos*, conjunto de textos jornalísticos e partidários produzidos ao longo de dezessete anos de militância (1910 - 1926), que antecederam sua prisão pelo regime fascista (1926 - 1937), quando aprofundaria as formulações teóricas legadas pela práxis numa série de esboços, postumamente reunidos sob o título *Cadernos do Cárcere*. Exponho esse paralelo em três momentos, cada qual caracterizado por uma maneira particular de lidar com o nacionalismo e o internacionalismo no calor da disputa pelo poder na Itália.

Parto de compreensão ampla de que o nacionalismo e o internacionalismo constituem doutrinas, sentimentos e ações políticas, dimensões que, na realidade, podem se combinar e se expressar de formas variadas. Não obstante, penso que sejam como ações políticas que o nacionalismo e o internacionalismo se entrecruzem de maneira mais ressonante e propícia ao estudo de sua relação.

Quanto à entidade que enseja esses fenômenos, utilizo-me da conceituação de Domingos e Martins (2006), segundo a qual “a nação é a forma de organização social e política exigida pela

1 Löwy (2000), por exemplo, considera que: “O socialismo marxista é fundamentalmente oposto ao nacionalismo. [...] Ele é internacionalista por razões éticas e materiais ao mesmo tempo. [As primeiras] [...] residiriam no caráter humanista e universalista de seus valores, [já as segundas] [...] se relacionariam à unificação econômica do mundo pelo sistema capitalista” (LÖWY, 2000, p. 80).

dinâmica do capitalismo avançado, que se caracteriza pelo predomínio do sistema produtivo mundialmente integrado e de valores amplamente acatados” (DOMINGOS; MARTINS, 2006, p. 106). Tratando-se de uma comunidade exclusivamente moderna, a nação tem como características próprias e indissociáveis: 1) a sua organização para integrar a comunidade global, o que pressupõe determinado grau de subordinação a um pacto entre Estados nacionais que materializa a ordem internacional; 2) a busca pela igualdade, esperança que alimenta a luta dos socialmente discriminados em integrá-la; 3) a vinculação estreita a um poder político, cuja legitimidade deriva de sua capacidade de encarnar a vontade de todos e de alimentar a expectativa de uma vida melhor; e 4) a perseguição de fatores que a distingam como entidade única, o que não impede a surpreendente admissão da diversidade em seu seio (DOMINGOS; MARTINS, 2006, p. 109).

2 A REVOLTA DE UM SARDO

O sentimento sardista de Gramsci constituiu a raiz de suas preocupações com a unificação do povo italiano e com a união internacional dos proletários. Foi durante a juventude na Sardenha que teve suas primeiras reações às injustiças sociais, as quais se mesclaram à percepção da desigualdade entre o Sul e o Norte da Itália e os conflitos decorrentes. Assim, cabe observar como as questões social e meridional se interligariam desde o início de sua trajetória político-intelectual.

Antônio Gramsci nasceu no ano de 1891, em Ales, província de Cagliari, na Sardenha, uma das maiores ilhas italianas, separada do continente pelo mar Tirreno. Era o quarto dos sete filhos de Francesco Gramsci, funcionário público lotado no serviço de registro civil, e Giuseppina Marcias, costureira. Sua família era humilde, mas, se comparada à miséria gritante da grande maioria da população sarda, gozava de uma vida tranquila, com as contas pagas e certa estabilidade econômica.

Essa situação mudou bruscamente em 1898, quando seu pai foi detido, acusado de peculato, extorsão e adulteração de declarações, devido a um desfalque financeiro na repartição.

Foi condenado a cinco anos e oito meses de prisão e à perda do emprego. A pena não deixava de ser uma represália pelo apoio que Francesco oferecera à facção política derrotada nas eleições parlamentares de 1897. No final do século XIX, os partidos sardos não passavam de clientelas reunidas em torno de poucas figuras influentes e, uma vez vencedores, perseguiram e aniquilavam sistematicamente seus opositores (FIORI, 1979).

Desde então, a situação da família se agravou. Giuseppina foi obrigada a trabalhar duramente para sustentar os sete filhos: costurava, cozinhava e passava para o veterinário e para o tenente dos carabinieri de Ghilarza, a pequena cidade onde viviam (LEPRE, 2001). Além disso, Gramsci já dava sinais de estar acometido pelo mal de Pott, doença que provocava a deformação da coluna e que o deixaria corcunda. Sua saúde sempre foi frágil, abalada por frequentes indisposições físicas; durante muito tempo, a mãe manteve guardados em casa um caixão e uma roupa para seu enterro, pois os médicos não lhe davam grande expectativa de vida (FIORI, 1979; LEPRE 2001).

Gramsci foi um aluno exemplar no ensino primário, contribuindo a fluência na língua italiana pela qual se ministravam as aulas, ainda incompreendida pela maioria da população. Contudo, teve de abandonar os estudos para buscar emprego: aos 11 anos, deficiente físico, trabalhava durante 10 horas por dia no registro civil, carregando pilhas de processos. Recebia nove liras mensais, equivalentes a um quilo diário de pão na época (LEPRE, 2001).

Somente com a saída do pai da prisão é que retomaria os estudos. A indignação com sua condição socioeconômica foi o suficiente para que começasse a ver a sociedade cindida em duas partes: pobres e ricos. Nasceu, então, seu primeiro sentimento de revolta, que relembra em uma carta de 1924, enviada de Viena à esposa:

Qual o foi o motivo que me salvou de me transformar em um engomadinho? O instinto de rebeldia, que a princípio era dirigido contra os ricos, devido ao fato de não poder estudar, eu que havia tirado nota dez em todas as matérias do curso primário, enquanto os filhos do açougueiro, do farmacêutico, do negociante de tecidos continuariam a estudar (GRAMSCI *apud* FIORI, 1979, p. 34).

Tal rebeldia foi potencializada durante as grandes insurreições de trabalhadores sardos, no início do século XX, contra o desfavorecimento da ilha no âmbito do Estado unitário. Foi quando Gramsci passou a perceber que a desigualdade social possuía também uma representação geográfica na Itália: o Sul, agrícola e atrasado, explorado pelo Norte, industrial e desenvolvido.

A “questão meridional” tivera origem na Idade Média. Após a desintegração do Império Romano, a Itália tornou-se verdadeira colcha de retalhos sociopolítica: ao Norte, estabeleceram-se as ricas cidades-estados autônomas ligadas ao comércio marítimo, que se tornariam o berço das ciências e das artes na Europa renascentista (como Gênova e Veneza); ao Sul, predominaram os domínios feudais. O Estado Pontifício, em Roma, serviu como uma espécie de intermédio entre as duas regiões (BERTONHA, 2005; DUGGAN, 1994).

A geografia também influenciava na vida autônoma das comunidades italianas, com sua variedade de costumes e dialetos: a paisagem montanhosa, predominante ao longo de todo o território italiano, por muito tempo, dificultou as comunicações internas, o estabelecimento de legislação fiscal e os serviços de controle de taxas; portanto, antes da introdução de meios modernos de transporte e comunicação, o braço de um Estado central tinha dificuldades naturais para alcançar o conjunto da Itália (DUGGAN, 1994).

Assim, por ocasião da unificação territorial em 1861, batizada de *Risorgimento* (que em italiano significa ressurreição), a fratura das regiões já estava firmada. E o modelo de unidade triunfante do novo reino italiano acirrou ainda mais a separação.

A unificação italiana foi mais uma guerra civil do que uma guerra de libertação contra as ocupações francesas e austríacas; resultou de conflito de interesses entre variados estratos sociais, polarizados pelas personalidades de Camilo Benso, o Conde de Cavour (1810-1861), e de Giuseppe Garibaldi (1807-1882). O primeiro, descendente de nobres comerciantes piemonteses, liberal em termos econômicos, mas conservador em termos sociais, defensor ferrenho do livre comércio e da propriedade privada, acreditava que a unificação da Itália deveria ser obra de estadistas e militares e que o novo reino italiano deveria constituir, na prática, uma

extensão de sua região mais desenvolvida, o Piemonte, adotando inclusive sua Constituição (DUGGAN, 1994).

Garibaldi, nascido em Nice (atualmente, província francesa), filho de marinheiro, foi um guerrilheiro partidário dos ideais republicanos, democráticos e socialistas, bem como um fervoroso defensor de uma unidade italiana que tivesse no povo seu principal ator. Desconfiado dos planos de Cavour e seu preterimento pelo Sul, Garibaldi organizou um corpo de voluntários oriundos das camadas mais baixas da população – muitos deles estudantes sem nenhum preparo militar –, conhecido como a “Expedição dos Mil”, que, em 1860, desembarcou na Sicília. Graças a um extraordinário senso estratégico, Garibaldi libertou a ilha do domínio dos Bourbons, seguindo rumo ao Norte. Sofreria sucessivas tentativas de sabotagem por parte de Cavour, destacando-se o bloqueio, em Nápoles, ao empenho dos democratas no estabelecimento de uma assembleia constituinte, substituída por um plebiscito no qual caberia ao povo apenas aceitação ou rejeição de uma monarquia unitária sob o comando de Victor Emmanuel II, então soberano do reino sardo-piemontês. A esmagadora maioria da população se pronunciou a favor da unificação, ainda que a ideia do que isso significasse lhes fosse obscura (DUGGAN, 1994).

A política fiscal seguida pelos governos que se sucederam fez com que crescentes taxações recaíssem em peso sobre as camadas menos favorecidas da população, ameaçando constantemente a manutenção da ordem no Sul, o que as autoridades buscaram contrabalançar com a ampliação dos poderes de polícia dos carabineiros (*carabinieri*): “a mera suspeição de que um homem fosse criminoso bastava para que ele fosse enviado a uma ilha penal durante cinco anos” (DUGGAN, 1994, p.137 - tradução nossa). Somado a isso, políticos e intelectuais disseminavam teses racistas sobre a mão de obra meridional, cuja suposta tendência natural à ociosidade, mesclada ao clima, servia de justificativa para baixos salários e grandes jornadas de trabalho (FIORI, 1979).

Desse modo, em 1904, a tropa atirou contra mineiros sardos em protesto contra o aumento de jornadas e a insalubridade laboral, matando três deles. A manifestação se inseria num quadro de crise econômica estendida desde 1889, quando foram introduzidas

as novas leis alfandegárias italianas que, objetivando proteger a grande indústria do Norte, anularam tratados comerciais com a França, até então principal mercado consumidor de produtos agrícolas da Sardenha (como vinho, óleo e gado bovino).

Tal situação fez com que muitos camponeses e pastores deixassem suas antigas atividades e ingressassem nas companhias de mineração, as quais absorviam parte do excedente de mão de obra sarda. Outra parcela dos trabalhadores se dedicou à produção de leite para abastecer as recém-instaladas fábricas de queijo, pertencentes, sobretudo, a industriais setentrionais (napolitanos, toscanos e romanos). Quando estes últimos se uniram em cooperativas, passaram a fixar o preço de compra do leite e a vender queijo a elevados preços. Os que não transformaram suas plantações em pastagens sofreram com a usura dos grandes proprietários rurais.²

As mortes dos operários foram o estopim para uma violenta explosão social, que culminou com a proclamação da primeira greve geral da história da Itália (FIORI, 1979).

Em 1906, a Sardenha tornou a ser palco de revoltas, motivadas pelo aumento progressivo de preço dos alimentos, dos impostos e da queda nos salários. Mineiros, trabalhadores rurais, portuários, balconistas e operários foram às ruas: a revolta se iniciou em Cagliari (capital sarda), com uma passeata contra a carestia liderada por uma operária que empunhava uma bandeira vermelha com um pão simbolicamente enfiado em sua haste; à medida que se deslocava rumo à prefeitura, a manifestação atraía simpatizantes e, deparando-se com uma concentração de soldados, vaiou e jogou pedras, respondidas a tiros. Vinte e dois manifestantes caíram feridos e dois deles foram mortos (FIORI, 1979).

A fúria dos trabalhadores aumentou e foram enviados cinco mil soldados à cidade para conter a agitação, espreada ao campo e às minas, onde fábricas de queijo eram incendiadas, cantinas saqueadas e escritórios de impostos atacados. O número de feridos e mortos aumentava diariamente.

2 À época, foi bastante difundido o dito popular sardo: *quem come queijo tem dentes de ouro* (FIORI, 1979, p. 38).

O derramamento de sangue estimulou o sentimento regionalista de libertação dos sardos, demonstrando que a união italiana ainda não estava consolidada. Gramsci não deixou de relatar que partilhava desse sentimento: “Naquela época, eu pensava que era preciso lutar pela independência nacional da região. Quantas vezes repeti essas palavras: ao mar os continentais” (GRAMSCI *apud* FIORI, 1979, p. 63). E entre os continentais estavam incluídos os operários industriais do Norte, tidos como beneficiários do capital setentrional.

Remontam a esse período as primeiras leituras marxistas de Antônio Gramsci, influenciadas pelo irmão mais velho. Em 1905, Gennaro Gramsci tornava do serviço militar em Turim, conhecida como a cidade mais vermelha da Itália, passando a fornecer ao irmão uma série de panfletos e jornais socialistas advindos de várias partes do país (FIORI, 1979). O tom de denúncia daquelas publicações o cativou e o levou a estrar na imprensa, em 1910, como correspondente do jornal *L'Unione Sarda* (A União Sarda), que discorria sobre os problemas da ilha: fome, miséria, analfabetismo, tracoma, tuberculose etc.

Data daquele mesmo ano um interessante trabalho escolar redigido por Gramsci, então concludente do ensino médio. Intitulado *Oprimidos e Opressores*, o pequeno texto constituía uma taxativa oposição à corrida colonial europeia que se estendia desde finais do século XIX, sob a justificativa de suposto avançado civilizatório, reproduzida na política externa italiana. A denúncia do colonialismo mantinha vinculação com a experiência histórica sarda: por séculos, a Sardenha foi objeto de disputa colonial e, na concepção que Gramsci sustentaria até o fim da vida, permanecia como uma colônia submetida à metrópole setentrional.

A humanidade, discorre Gramsci (2004a), caracteriza-se por uma constante e imemorial luta “com a qual busca desfazer e romper todos os vínculos que o desejo de domínio de um só, de uma classe ou mesmo de todo um povo tenta lhe impor” (GRAMSCI, 2004a, p. 43). Destaca-se a luta de povos inteiros contra a opressão externa travestida de civilização, uma vez que “o homem – que, por sua natureza, é hipócrita e fingido – não diz

‘quero conquistar para destruir’, mas sim ‘quero conquistar para civilizar’.” (GRAMSCI, 2004a, p.43).

Nessa luta, “raças de homens” haviam sido dizimadas ou estavam em vias de extinção, ao passo que povos outrora oprimidos, como os italianos, passavam a investir contra seus vizinhos, segundo a lei do mais forte e o interesse comercial. Como exemplo, o jovem cita o apoio militar da Itália à repressão dos gregos que lutavam contra o domínio turco, para ele uma flagrante contradição com a ampla idolatria italiana ao heroísmo de Garibaldi, inculcada desde a escola. A figura do combatente era apropriada por Gramsci como símbolo de ideal libertário e universalista, cuja significação permaneceria incompreendida pelas diferentes forças políticas nacionais:

Em suma, na Itália, dos vermelhos aos verdes e aos amarelos, todos idolatram Garibaldi, mas ninguém realmente sabe apreciar-lhe os elevados ideais. Quando os marinheiros italianos foram mandados a Creta para arriar a bandeira grega erguida pelos insurrectos e recolocar em seu lugar a bandeira turca, ninguém deu um grito de protesto. E mais: a culpa era dos candiotas que queriam perturbar o equilíbrio europeu. E nenhum dos italianos que, naquele mesmo dia, talvez estivessem aclamando o herói libertador da Sicília pensou que Garibaldi, se estivesse vivo, teria enfrentado até mesmo todas as potências europeias se essa fosse a condição de garantir a um povo a conquista da liberdade (GRAMSCI, 2004a, p. 45).

Referido contraste traduz o baixíssimo nível civilizatório da humanidade: “os homens têm apenas um pequeno verniz de civilização, que, se levemente raspado, deixa logo aparecer a pele do lobo” (GRAMSCI, 2004a, p. 45). Assim, Gramsci defende a justiça social como verdadeiro salto civilizatório, agregando lição da Revolução Francesa, que, apesar de ter substituído a dominação de uma classe pela de outra, ensinou que “os privilégios e as diferenças sociais, sendo frutos da sociedade e não da natureza, poderiam ser superados” (GRAMSCI, 2004a, p. 45). Daí, concluía:

A humanidade necessita de um outro banho de sangue para cancelar muitas dessas

injustiças: e, quando isso ocorrer, que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora! (GRAMSCI, 2004a, p. 46).

Preocupações com a humanidade e a civilização brotavam de um contexto em que Gramsci defendia a independência nacional do povo sardo. O apego à Sardenha seria o germen do propósito internacionalista que desenvolveria na aproximação com movimento operário de Turim.

3 O VANGUARDISMO OPERÁRIO

Em 1911, Gramsci migrou para Turim, um das cidades mais importantes do país, abrigando inúmeras fábricas ligadas aos setores metalúrgico, químico, têxtil e automobilístico (já sediava a FIAT). Havia conseguido uma bolsa do governo local, destinada aos estudantes pobres do ex-reino sardo-piemontês, para que pudesse cursar a faculdade de Letras em Filologia Moderna.

Embora fosse uma metrópole marcada pela atuação do movimento operário e do Partido Socialista Italiano (PSI), a inspiração socialista de Gramsci em muito divergia daquela em voga, ligada ao positivismo (FIORI, 1979). Este fora uma das armas da inteligência laica contra a influência política da Igreja no âmbito do Estado unificado, encontrando ressonância não só em partidos burgueses, mas também no PSI. Além disso, a literatura marxiana fora introduzida tardiamente no país: “Só em 1891 o Manifesto Comunista é publicado na Itália” (DIAS, 2004a, p. 46).³

Assim, o socialismo italiano ganhou um apelo fortemente cientificista e evolucionista, predominante no PSI. Acreditava-se em um lento desenvolvimento econômico em que a industrialização aguçaria paulatinamente as contradições entre as classes,

3 O maior responsável pela introdução do marxismo na Itália foi Antonio Labriola (1843-1904); Fundador do PSI em 1892, que criticou com pouco êxito a incrustação positivista no socialismo italiano: a aversão ao marxismo vulgar o distanciou da tendência dominante do partido; e a defesa do colonialismo italiano na Líbia dificultou a aceitação de suas ideias pela fração revolucionária (GERRATANA, 1984).

desembocando fatalmente na insurreição proletária que saudaria o colapso do capitalismo. Anulava-se a iniciativa do sujeito histórico revolucionário presente no raciocínio de Marx e também se contrariavam orientações filosóficas idealistas do jovem Gramsci inspirado por Croce e Gentile: ambos combatiam o positivismo e pregavam, respectivamente, a vontade subjetiva transformadora como motor da história e a necessidade de uma reforma intelectual e moral na sociedade italiana (COUTINHO, 1989; FIORI, 1979).

Além disso, o positivismo no PSI se traduzia na compactuação com uma sociologia de caráter racista, que identificava o atraso e a miséria do *Mezzogiorno* com as características “inerentes” à sua população, e não com a formação do capitalismo na Itália. Intelectuais socialistas raciocinavam que, se mesmo após unificação, o progresso não havia florescido no Sul, isso se devia à inferioridade biológica dos meridionais, que gerava seres bárbaros, violentos, criminosos, preguiçosos (FIORI, 1979).

O colaboracionismo do PSI com governo de Giovanni Giolitti também desfavorecia a filiação de Gramsci. O primeiro-ministro aumentava o protecionismo alfandegário, reprimia levantes rurais e apenas tentava mediar disputas entre capital e trabalho (DIAS, 2004a).⁴

A política protecionista era odiada pelos pobres do Sul, sobretudo camponeses, que viam os operários do Norte como beneficiários do governo Giolitti. Daí que Gramsci tenha preferido ingressar no Grupo de Ação e Propaganda Antiprotecionista, em 1913. Recém-fundado na Sardenha por intelectuais meridionais, o grupo sustentava que o protecionismo alfandegário resultava de um pacto político mantido entre latifundiários do Sul e grandes industriais do Norte que barrava o desenvolvimento econômico meridional, provocando a miséria crescente da população, o desemprego, o êxodo rural e a emigração; concluía que a luta pelo livre-cambismo era uma forma de desagregar o bloco conservador

4 Político de grande destaque no cenário nacional, Giolitti (1842-1928) ocupou por cinco vezes o cargo de primeiro ministro da Itália, nos períodos de 1892-1893, 1903-1905, 1906-1909, 1911-1914 e 1920-1921 (DUGGAN, 1994).

agrário-industrial e promover o desenvolvimento do Sul da Itália, em especial o da Sardenha (FIORI, 1979).

No entendimento do jovem universitário, contudo, ainda se tratava de uma luta pelo progresso que os sardos deviam travar contra os continentais. Raciocínio que foi impactado pelas eleições italianas de 1913, quando se permitiu que analfabetos adultos do sexo masculino votassem. A quantidade total de eleitores aumentou cerca de quatro vezes; somente na Sardenha, subiu de 42 mil para 178 mil votantes. As massas camponesas e meridionais ingressantes no sistema eleitoral aderiram ao discurso socialista, que, apesar das deficiências, refletia o cansaço no Sul com os baixos salários e o alto custo de vida. Pela primeira vez na história italiana, socialistas conquistaram números significativos no Legislativo (FIORI, 1979).

Na interessante expressão de Fiori (1979), as eleições atuaram como um “reagente químico” no pensamento de Gramsci (FIORI, 1979, p. 111), que separou os interesses dos trabalhadores como um todo e os dos grupos conservadores: os opressores de camponeses e pequenos empregados meridionais não eram mais os operários em conjunto com os grandes industriais do Norte, mas estes últimos associados aos latifundiários e outros grupos do Sul.

Foi então que Gramsci aderiu ao PSI e ao movimento operário, participando ativamente na imprensa socialista turinesa. Face ao maior nível organizacional dos operários do Norte em comparação aos camponeses do Sul, passou a defender apaixonadamente o papel vanguardista dos primeiros, concebidos como redentores não apenas da Itália, mas de todo o gênero humano.

Uma das grandes temáticas dos artigos passa a ser a educação, defendida como base de qualquer processo revolucionário. Gramsci compreende que toda revolução foi precedida por intenso trabalho educativo sobre agregados de homens que, apesar de condições socioeconômicas semelhantes, limitavam-se às resoluções de problemas individuais; destaca o exemplo da Revolução Francesa, que havia formado uma verdadeira “internacional espiritual burguesa” na Europa, sensível aos sofrimentos comuns que preparou a revolta sangrenta na França (GRAMSCI, 2004a, p. 58 - 59).

No entanto, essa tarefa educativa encontrava seu maior obstáculo no grande índice de analfabetismo da Itália – que atingia cerca de um terço da população à época (DUGGAN, 1994). Este refletia a limitação dos italianos aos círculos familiar e paroquial, onde se utilizava o dialeto ao invés da língua oficial. Além disso, as leis de ensino obrigatório não instigavam o sentimento autônomo da necessidade do alfabeto do idioma unitário, porque não levavam os indivíduos a se perceberem como cidadãos, que faziam parte de um mundo mais amplo com os demais, com os quais devia compartilhar ideias, esperanças e dores. Daí concluía que:

[...] o analfabetismo só desaparecerá quando o socialismo o tiver feito desaparecer, já que o socialismo é o único ideal que pode transformar em cidadãos, no sentido melhor e total da palavra, todos os italianos que agora vivem envolvidos somente em seus pequenos interesses pessoais – homens nascidos somente para comer (GRAMSCI, 2004a, p. 88).

Esse raciocínio simboliza a preocupação do autor com a construção da nacionalidade italiana: seu discurso político não partia de uma identificação metafísica com a humanidade, mas do próprio contexto italiano, onde se mediava pela distinção entre as regiões e as classes. E o advento da Primeira Guerra e da Revolução já o impelia a lidar, na práxis, com a relação entre classes e nação.

Em 1914, o PSI foi o único partido socialista europeu a optar pela neutralidade. Posicionando-se contra a guerra (para a qual seu irmão mais velho fora convocado), Gramsci (2004a) também defendeu que o partido não deveria ser mero espectador dos acontecimentos nacionais: o PSI era a seção da Internacional Socialista que tinha a tarefa de conquistar a nação italiana, em consonância com as características “especiais, nacionais” (GRAMSCI, 2004a, p. 47 - grifos do autor), através da criação de organismos capazes de absorver e superar o Estado burguês. O conflito mundial deveria servir para revelar a incapacidade da classe dominante em fazer valer os direitos sociais dos quais extraía sua razão para governar o país e, assim, “reemprestar à vida da nação seu genuíno e estrito caráter de luta de classe” (GRAMSCI, 2004a, p. 48).

Gramsci começava a perceber a nação como um contexto político específico, mas não socioeconômica e culturalmente homogêneo, no qual se travava concretamente a luta de classes – embora o autor jamais tenha definido o termo nação.

Posta em relevo pela guerra, a complexa relação entre classe e nação foi um dos principais temas entre os socialistas. Quem mais incitava essa discussão era Benito Mussolini, na época um socialista destacado por seu carisma e pela eloquência com que combatia os reformistas no PSI, por isso admirado pelos jovens militantes como Gramsci. Após se posicionar pela neutralidade absoluta, Mussolini foi adotando uma postura cada vez mais intervencionista: primeiro, por guerra defensiva em caso de agressão austríaca; depois, pela participação ativa da Itália ao do lado da Entente (DIAS, 2004a). Mussolini, editor-chefe do jornal *Avanti!*, órgão central de propaganda do partido, ironizava:

Se o conceito de ‘nação’ está ‘superado’, se a defesa ‘nacional’ é um absurdo para os proletários que nada teriam a defender, devemos ter a coragem de desautorar os socialistas da Bélgica e da França que frente à invasão alemã confundiram a classe na nação e deduzir que só existe um socialismo no mundo, genuíno, autêntico, puríssimo: o socialismo italiano... Mas é um ato de soberba que por muitas razões não nos convém! (MUSSOLINI *apud* DIAS, 2004a, p. 122).

Afastado da editoração, Mussolini declarou que entre a classe e a nação optaria pela última. Expulso do PSI, fundou o jornal *Il Popolo d'Italia* (O Povo da Itália), que se tornaria uma das organizações mais importantes do fascismo. No periódico, a prevalência da nação sobre a classe era difundida com base na confusa ideia de nação proletária, formulada pelo fundador da Associação Nacionalista Italiana (1910), o romancista Enrico Corradini (1865-1931) (DIAS, 2004a).

Através da doutrina do “socialismo nacional”, Corradini sustentava que, tal como existiam classes dominantes e dominadas nos limites de cada Estado, nas relações internacionais também havia nações proletárias submetidas às nações plutocráticas. E, assim como o socialismo havia outrora suscitado o proletariado para

a luta de classes, o nacionalismo estava despertando as nações proletárias, como a Itália, para a oposição ao domínio de nações plutocráticas.

Gramsci (2004a) escreveu que a doutrina de Corradini constituía um roubo das ideias de Marx para justificar objetivos nacionalistas e uma adaptação arbitrária sem base histórica: “a classe”, discorria, “não é igual à nação e, portanto, não pode ter as mesmas leis que ela” (GRAMSCI, 2004a, p. 68). E “a luta de classe, moral porque universal, é superior à guerra, imoral porque particularista e feita não pela vontade dos combatentes, mas por um princípio que estes não podem compartilhar” (GRAMSCI, 2004a, p. 69).

Não diferindo de muitos marxistas, Gramsci entendia o nacionalismo de forma valorativa, ou seja, como ideologia burguesa mistificadora das contradições sociais. E era difícil que fosse de outra forma: somente duas gerações após 1914, quando revoluções socialistas eclodiram na Ásia e na África, mesclando marxismo e nacionalismo longe do coração da Europa, é que seria possível analisar a relação entre ambos com certo distanciamento temporal e com elementos históricos capazes de revelar suas múltiplas facetas, sobretudo a relação do nacionalismo com as classes dominadas (NAIRN, 1975).

Ao nacionalismo como doutrina, Gramsci opunha o princípio da luta de classes, seguido de uma defesa ideológica do internacionalismo proletário. Refratário à análise do nacionalismo, mas percebendo a necessidade persistente em lidar com o referido fenômeno na ação política, Gramsci mantinha no sentimento internacionalista uma alternativa para conservar a crença na união proletária em um mundo cada vez mais dominado pelo nacionalismo e pelo modelo político do Estado nacional.

Referido sentimento foi reforçado quando as primeiras notícias da Revolução Russa chegavam à Itália. Em 1917, ante o desejo de “fazer como na Rússia”, os operários decretaram greve, atacaram as lojas de armas e ergueram barricadas em diversos bairros de Turim, declarada zona de guerra pelo governo. Soldados, dos quais se esperava adesão ao movimento, dispararam contra os insurrectos: cerca de 50 deles foram mortos e mais de 200 acabaram feridos (FIORI, 1979).

Para Gramsci (2004a), que, após os acontecimentos, conquistou um assento provisório na direção da seção turinesa do PSI, a guerra havia gerado consciência de classe. O grande confronto bélico se caracterizava pela máxima concentração da atividade econômica nas mãos da camada dirigente do Estado, o que correspondia à máxima concentração de trabalhadores nas fábricas, nos quartéis e nas trincheiras. Indivíduos até então dispersos pelas várias partes do território, uma vez aproximados, compartilhavam dos sofrimentos acumulados ao longo dos anos (como fome, miséria e carestia). Em países de capitalismo atrasado, como Itália e Rússia, esse processo contribuía para a geração de consciência de classe fora do seu ritmo normal (o lento desenvolvimento econômico-industrial), adquirindo a vontade coletiva popular, isto é, a iniciativa dos sujeitos históricos, um papel de maior destaque em relação à economia. Em síntese: “O que o industrialismo, com seu normal processo de desenvolvimento, não fora capaz de produzir terminou sendo produzido pela guerra” (GRAMSCI, 2004a, p. 266).

A Revolução Russa era representada como o desenvolvimento de um projeto político genuinamente internacionalista. Isso se devia à sua concretização em forma de Estado que, embasada em conselhos de trabalhadores e soldados russos, propunha-se a atender aos anseios econômicos e políticos populares, sobretudo após a destruição causada pela guerra. Entusiasmado, o sardo afirmou que:

A divisão do gênero humano não pode durar por muito tempo. A humanidade tende à unificação interior e exterior, tende a se organizar num sistema de convivência pacífica que permita a reconstrução do mundo. A forma do regime deve ser capaz de satisfazer as necessidades da humanidade (GRAMSCI, 2004a, p. 44).

Gramsci (2004a), porém, ressaltava que a transição para o comunismo internacional não seria imediata: primeiro, porque a Rússia era ainda um Estado socialista nacional, que precisava resolver questões como segurança pública, defesa nacional, fornecimento de alimentos, abastecimento das fábricas com matérias-primas, educação para o autogoverno etc.; segundo, porque a

sobrevivência do Estado russo dependeria da adesão a outros Estados socialistas (nacionais) para a realização do comunismo. Em suma, concebia um sistema político internacionalista como alianças entre Estados socialistas nacionais que, mobilizados militarmente contra ameaças de Estados capitalistas, integrassem os cidadãos à vida das instituições, eliminassem a propriedade privada e as divisões de classes que alimentavam disputas internacionais, atingindo-se finalmente uma “fusão das ditaduras proletárias nacionais na Internacional comunista” (GRAMSCI, 2004a, p. 262).

Na Itália, segundo o autor, o Estado socialista já existia potencialmente em organizações tradicionais da classe trabalhadora (sindicatos e partidos), às quais cabia articular uma democracia operária, “preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional” (GRAMSCI, 2004a, p. 246). Essa integração seria desempenhada por uma instituição nova, capaz de educar, disciplinar e incorporar ativamente as massas ao processo revolucionário, fundindo produção e processo decisório, economia e política. Nasceram os Conselhos de Fábrica, cuja especificidade era explicada assim:

As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram no terreno da liberdade política, da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, num terreno onde subsistem as relações entre cidadão e cidadão. Mas o processo revolucionário se realiza no terreno da produção, na fábrica, onde as relações são entre opressor e oprimido, explorador e explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia. O processo revolucionário se efetiva onde o operário não é nada e quer se tornar tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida ou morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário (GRAMSCI, 2004a, p. 363).

Na esteira da crença internacionalista, Gramsci chamava o espaço da fábrica de “território nacional do autogoverno operário”

(GRAMSCI *apud* COUTINHO. 1989, p. 19). Já o conselho era nada mais que:

[...] a primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional comunista, não mais como organização política do proletariado revolucionário, mas como reorganização da economia mundial e de toda a convivência humana, nacional e mundial (GRAMSCI, 2004a, p. 366).

O projeto foi teorizado e difundido no jornal *L'Ordine Nuovo* (A Nova Ordem), a partir de 1º de maio de 1919. Os Conselhos de Fábrica deveriam constituir-se a partir das chamadas Comissões Internas, representações de operários sindicalizados existentes desde 1906 no interior das fábricas italianas. Uma vez incluídos votos de não sindicalizados nas comissões (maioria), seria eleito um delegado por cada seção (subdivisão da linha de produção), a participar em um comitê diretor geral que se reuniria regularmente para discutir problemas e propostas de todos os trabalhadores industriais (inclusive engenheiros e técnicos) para substituir o mando capitalista por uma gestão democrática do local de trabalho.

A atividade dos Conselhos de Fábrica seria ainda complementada por uma série de comitês de bairro, com poderes legítimos delegados pelos trabalhadores, para fazer respeitar uma disciplina e também ser capaz de decretar a paralisação integral do trabalho no âmbito de todo o bairro. Esses comitês, por sua vez, uniriam-se em comissariados urbanos, sob direção do PSI e das federações de categoria, num sistema a inspirar a formação de conselhos de camponeses que tomariam parte no “Congresso Nacional dos delegados operários e camponeses”, órgão máximo da democracia participativa proletária (GRAMSCI, 2004a, p. 273).

A proposta conselhistas foi posta entre 1919 e 1920, anos conhecidos como “Biênio Vermelho”. Em setembro de 1919, foram eleitos os comissários de seção por dois mil operários turineses de uma das fábricas da FIAT, formando o primeiro Conselho de Fábrica (FIORI, 1979). Por intensa propaganda, a experiência se expandiu e, em novembro daquele ano, realizou-se a primeira assembleia de comitês executivos dos conselhos, “representando

30 mil operários em 15 estabelecimentos” (DIAS, 2004b, p. 79). “Logo o número ascende para 150 mil operários, ganhando o apoio dos trabalhadores das indústrias químicas, de calçados, etc.” (DIAS, 2004b, p. 80).

Além da reação dos empresários, os conselhos sofreram obstrução por parte dos dirigentes do PSI e da maior central sindical trabalhista da época, a *Confederazione Generale del Lavoro* (CGL): os primeiros viam nos conselhos uma precipitação da ação revolucionária, que deveria seguir o curso natural do avanço do capitalismo; já os segundos discordavam do sufrágio de não sindicalizados, alegando quebra da tutela sindical e até uma forma de anarco-sindicalismo (DIAS, 2004b).

Os conselhos culminaram na “Greve dos Ponteiros”, entre março e abril de 1920. Em protesto contra a hora legal nas fábricas, que lembrava a lei marcial vigente na guerra, metalúrgicos de uma das fábricas da FIAT atrasaram os ponteiros do grande relógio e foram demitidos. Proclamou-se uma greve em Turim, de início contando com 50 mil operários e chegando a envolver cerca de 200 mil de várias categorias pelo Piemonte.⁵ O governo ordenou a ocupação militar da cidade, seguida de negociação e refluxo do movimento.

Entretanto, em setembro de 1920, após a suspensão das negociações pelos empresários, os operários declararam nova greve e, armados, ocuparam aproximadamente mil fábricas em toda a Itália. Eram cerca de 500 mil ocupantes, a maior parte concentrada no triângulo industrial italiano (Turim, Milão e Gênova). Somente em Turim, onde havia maior influência do grupo de Gramsci, o número de ocupantes era de quase 100 mil (DIAS, 2004b).

Incapaz de controlar uma revolta de meio milhão de operários armados, criticado pelos empresários por sua impotência, Giolliti contou com o desgaste do movimento. Sabia que faltava

5 “O abandono do trabalho ou mesmo a mudança de fábrica sem autorização oficial era considerado deserção, ainda que os **criminosos** fossem crianças ou estrangeiros. O abandono podia ser punido com prisão de dois meses a um ano. Se o caso fosse de mudança de fábrica, a pena era de dois a seis meses. E, se houvesse **insubordinação**, o **criminoso** poderia pegar até 24 meses de reclusão” (DIAS, 2000, p. 256 - grifos do autor).

coordenação nacional entre os operários das várias regiões. Isolada política e territorialmente, privada de um núcleo dirigente e sem a capacidade de se conectar às lutas no campo, a experiência dos Conselhos de Fábrica fracassou (DIAS, 2004b, p. 113).

4 ALIANÇA DE CLASSES E UNIFICAÇÃO NACIONAL

A derrota dos Conselhos de Fábrica coincide com o avanço do fascismo. Apesar de pregado por Mussolini como o “antipartido”, que não teria nada em comum com velhos preceitos parlamentares, o movimento funda o Partido Nacional Fascista (PNF), em 1921, marcha armado sobre Roma, em 1922, e tem seu líder nomeado primeiro-ministro pelo rei (DIAS, 2004b). Cabe observar o impacto disso sobre as proposições políticas de Gramsci.⁶

No jornal *O Povo da Itália*, Mussolini reunia intelectuais de orientação sindicalista-revolucionária, nacionalista e futurista, que depreciavam a democracia parlamentar, criticavam a crise econômica e os poucos territórios estrangeiros adquiridos pela Itália no pós-guerra, por fim, conclamando camadas populares à restauração da lei e da ordem e à extirpação violenta do bolchevismo. Diante disso, em 1918, o jornal muda de subtítulo, passando de “diário socialista” para “jornal dos combatentes e dos produtores” (DIAS, 2004b).

Os ex-combatentes compunham 57% dos primeiros quadros fascistas (HOBSBAWM, 1995). Tamanha adesão se explica pelo impacto da guerra em indivíduos para os quais “o uniforme e a disciplina, o sacrifício – o próprio ou dos outros – e o sangue, as armas e o poder eram o que fazia a vida masculina digna de viver” (HOBSBAWM, 1995, p. 128). A guerra tem o poder de condicionar os indivíduos à excitação emocional dos riscos de vida e morte,

6 Conforme Duggan (1994), a Marcha sobre Roma tentava relembrar dois protagonistas da unificação: “Para Mazzini, Garibaldi, e seus seguidores democráticos ela tinha sido [em 1849] igualmente um símbolo da regeneração nacional e dos meios através dos quais ‘o povo’ iria tomar a Itália para si mesmo e inaugurar uma nova era de grandeza espiritual” (DUGGAN, 1994, p. 204 - tradução nossa).

ração pela qual os ex-combatentes costumam ser tão problemáticos e se torna comum seu envolvimento na violência (DOMINGOS, 2005).

Em 1919, criam-se os *Fasci di Combattimento* (Grupos de Combate). O termo *fasci* relembra os grupos de camponeses sicilianos esmagados na luta pela divisão dos latifúndios, em 1894, assim como coletivos de voluntários enviados à guerra, em 1915. Também aludia a *fascio*, cilindro composto por vários feixes de madeira presos a um machado, utilizado em cerimônias militares para representar a união das tropas em torno do líder no Império Romano (DUGGAN, 1994).

Os *fasci* atacaram a oposição no Biênio Vermelho, conquistando apoio financeiro de industriais e latifundiários – estes fundiram fascistas com suas milícias pessoais para amedrontar camponeses que reivindicavam terra (DIAS, 2004b). Também foram auxiliados por policiais e militares, que se recusavam a prender os fascistas e lhes forneciam armas, munição e transporte. Diante disso, o governo e a monarquia simpatizaram com o movimento.

Gramsci (2004b) analisava o fascismo como um movimento de massas organizado pela pequena burguesia urbana, camada da população que, até então, havia estado politicamente pulverizada e que se sentia economicamente prejudicada pela fase monopolista que o capitalismo italiano vinha atravessando a partir da guerra. Apesar da origem de classe do movimento, seu objetivo fundamental era “a defesa direta da propriedade industrial e agrícola contra os assaltos da classe revolucionária dos operários e dos camponeses pobres” (GRAMSCI, 2004b, p. 32).

Outra característica observada por Gramsci (2004b) era a de que o fascismo, mesmo após conquistar o apoio dos aparelhos legais do Estado e conseguir participação no parlamento, não abandonava sua atividade ilegal, tática classificada como “subversivismo reacionário” (GRAMSCI, 2004b, p. 68). A ação armada provocava divisões internas no movimento. Por um lado, a camada urbana e parlamentar do fascismo, liderada por Mussolini, via a violência como um meio para forçar os opositores ao compromisso político no restabelecimento pleno da ordem. Por outro, o estrato popular, predominantemente rural, acreditava que a força, e não a busca

do consenso dos poderes executivo e legislativo, era a forma legítima de transformação do país. Gramsci chegou a crer que essa divergência latente se aprofundaria e se explicitaria, provocando a cisão e o enfraquecimento do fascismo, mas a expectativa se revelou falha.

O intelectual sardo não se debruçava sobre o principal traço que agregava e impulsionava o fascismo: o nacionalismo. A este fenômeno, contudo, Gramsci (2004b) não restou imune. Para fazer frente ao movimento de Mussolini, tentou mudar os rumos do PSI durante congresso partidário, em 1921, na cidade de Livorno. Foi quando defendeu o ingresso do partido na III Internacional Comunista (IC) mediante cumprimento de exigências e recomendações daquele organismo, como: expulsão de reformistas; transformação dos partidos socialistas e social-democratas em partidos comunistas; a recusa de quaisquer formas de social-patriotismo; e a adequação dos programas partidários às particularidades de cada país, sem deixar de manter o ideal internacionalista.

Nesse contexto, Gramsci (2004a) propôs uma diretriz classista que não deixava de ter viés claramente nacionalista. Escrevendo que os operários tinham caráter nacional e internacional, sua tarefa na Itália seria guiar as demais classes trabalhadoras na derrubada de um sistema político-econômico que “subjugou o campo às cidades e subjugou a Itália central e meridional ao Norte” (GRAMSCI, 2004a, p. 34). Discorria que, longe de ter homogeneizado a população urbana e rural, o capitalismo acirrou a diferenciação entre cidade e campo, posta como “questão das relações entre uma parte do território nacional e outra parte absolutamente distinta dela e caracterizada por traços peculiares” (GRAMSCI, 2004a, p. 35). Dado que o capital industrial e financeiro predominava sobre “as forças produtivas da nação” (GRAMSCI, 2004a, p. 35), segundo hierarquia de exploração que partia dos operários nas fábricas setentrionais em direção às demais regiões compostas majoritariamente por camponeses e semiproletários, cabia não apenas tomar o poder de banqueiros e industriais no Norte, mas manter continuada aliança com os trabalhadores do Sul, através da incorporação de suas demandas sociais e produtivas. Tudo isso acarretaria a conclusão da unidade territorial do país iniciada em

1861, levando à resolução da questão meridional e, consequentemente, à “unificação espiritual e econômica do povo italiano”.

Como bem entenderia nos *Cadernos do Cárcere*, a fração elitista de Cavour, que havia esmagado os intentos de Garibaldi:

na realidade se preocupava mais com interesses econômicos do que com fórmulas ideais e combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e a transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos da unidade (GRAMSCI, 2002b, p. 40).

A nação no discurso gramsciano passa, portanto, a ser claramente associada à luta dos “de baixo” por direitos: o *Risorgimento* restava inconcluso, porque ainda não haviam sido estendidos benefícios da cidadania à ampla maioria do povo italiano, o qual só se conformaria nacionalmente com a integração de habitantes explorados do Sul e do Norte. Por conseguinte, de processo expansível por exemplaridade política do operariado setentrional, a estratégia revolucionária passa a ser concebida:

através da aliança entre os operários do Norte e os camponeses pobres do Sul, com o objetivo de derrubar o Estado burguês, de fundar o Estado dos operários e dos camponeses, de construir um novo aparelho de produção industrial que esteja a serviço das necessidades da agricultura, da industrialização da atrasada agricultura italiana e, portanto, da elevação do nível do bem-estar nacional em proveito das classes trabalhadoras (GRAMSCI, 2004b, p. 35).

Paralelamente, o partido político também ganha maior relevo – viria a ser aprofundado no *Cárcere* pela metáfora do “Moderno Príncipe”, o promotor da “vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2002a). Dada a rejeição pela maioria do PSI em acolher as teses da IC, Gramsci (2004b) rompe com o mesmo e ajuda a fundar o Partido Comunista da Itália (PCI), “seção italiana da Internacional Comunista”.

A aliança classista de unificação nacional foi alvo de divergências no PCI. A postura contrária era majoritária e encabeçada por Amadeo Bordiga: este não só rejeitava qualquer tipo de aliança

social e política, mas propunha a abstenção do PCI nas eleições, a irrelevância de atividade educativa dos filiados e a inutilidade das lutas parciais do proletariado na mobilização para a revolução, já que esta derivaria fatalmente do desenvolvimento do capitalista (fatalismo economicista compartilhado com o PSI).⁷ O recrudescimento do fascismo, que Bordiga considerava improvável, pôs em cheque suas posições e revelou a urgência de uma guinada na orientação dos comunistas italianos.⁸

Somente em 1926, a estratégia aliancista de Gramsci passou a predominar no PCI. Durante seu III Congresso Nacional, realizado em janeiro de 1926, na cidade francesa de Lyon (para evitar a repressão fascista), o autor apresentou o texto intitulado *A situação italiana e as tarefas do PCI*, posteriormente conhecido como as *Teses de Lyon*, que elevou o grupo de Gramsci à direção do comitê executivo do partido.

Parte das teses se referia à manutenção do poder político pela burguesia no Estado italiano unificado. Segundo Gramsci (2004b), logo nas primeiras décadas da unificação, industriais e latifundiários estabeleceram um pacto para garantir interesses comerciais, traduzindo-se em medidas protecionistas governamentais a impedir que ambos os grupos disputassem como em outros países. Na medida em que paralisava o desenvolvimento econômico de regiões inteiras e empobrecia a população, sobretudo do Sul e das ilhas, esse pacto agrário-industrial criava extenso exército de mão de obra e também agregava a classe média, funcionando de maneira análoga a um sistema colonial:

Tal compromisso atribui às populações trabalhadoras do Sul uma posição análoga àquela das populações coloniais. A grande indústria do Norte assume diante delas a função da

7 Para Gramsci (2004b), lutas parciais eram quaisquer reivindicações imediatas dos trabalhadores – fossem elas políticas ou econômicas – que pudessem se conectar à sua estratégia revolucionária. Por exemplo: combate à monarquia, liberdade sindical, controle operário da indústria e terra aos camponeses.

8 Parte das discussões ocorreu por cartas, pois Gramsci esteve fora da Itália. Em 1922, acompanhou o Comitê Executivo da IC, em Moscou, como representante do PCI. Lá, passou meses internado por crises nervosas, tendo conhecido sua esposa num hospital. Não tornou em 1922 por várias prisões de membros do PCI. Foi para Viena em 1923 e depois voltou para a Rússia, regressando à Itália em 1924, sendo eleito deputado (LEPRE, 2001).

metrópole capitalista; ao contrário, os latifundiários e a própria burguesia média do Sul colocam-se na situação daqueles segmentos que, nas colônias, aliam-se às metrópoles para manter subjugada a massa do povo trabalhador. A exploração econômica e a opressão política, portanto, se unem para fazer da população trabalhadora do Sul uma força continuamente mobilizada contra o Estado (GRAMSCI, 2004b, p. 325).

Somada à heterogeneidade das camadas pactuantes, que passaria a incluir dirigentes sindicais e parlamentares operários (“aristocracia operária”) sob promessas de reformas trabalhistas, o tipo de exploração debilitava o pacto “colonial”. A contradição era demonstrada em insurreições de fins do século XIX e início do século XX, bem como catalisada pela guerra, à qual se seguiram ocupações de fábricas e de terras (GRAMSCI, 2004b).

O acordo foi então substituído pelo fascismo. Apesar de sua origem pequeno-burguesa, o movimento centralizou politicamente a direção partidária, governamental e estatal das forças burguesas sob o objetivo ideológico comum de resistir, pela força, aos ataques das classes sociais “colonizadas”. Já economicamente, acirrou a exploração pelo aumento do protecionismo alfandegário, supressão de bancos meridionais e controle estatal de seus ativos, favorecendo a concentração de riquezas em mãos de industriais e latifundiários. Esse acirramento favorecia a aproximação entre camponeses e proletariado, este último detentor de programa político que não romperia a unidade estatal e daria cabo da desigualdade entre Norte e Sul (GRAMSCI, 2004b).

O autor tentou aprofundar a aliança classista popular e nacional em *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas*. O ensaio, contudo, não foi finalizado em virtude do encarceramento pelo regime fascista em 1926, vindo a ser publicado após a morte do autor sob o título de *Alguns temas da questão meridional*.

Nessa aliança, defendia como fundamental a extirpação de uma série de preconceitos disseminados em relação ao Sul pela escola, pela imprensa e pelos costumes internalizados pelos operários. O maior desses preconceitos era o de que:

o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos para o desenvolvimento civil da Itália; os sulistas são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando esta sorte madrasta com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como as palmeiras solitárias num deserto árido e estéril (GRAMSCI, 2004b, p. 409).

Essa tarefa de ordem ideológica também consistia em trazer, para junto dos operários, parte dos intelectuais que se punham entre camponeses e latifundiários na organização social do Sul. Tratavam-se de funcionários públicos, profissionais liberais e padres originários de pequenos e médios proprietários rurais, dos quais herdavam a aversão a trabalho manual e o medo das revoltas camponesas, o que os aproximava de partidos locais dominados por grandes proprietários. A efervescência de movimentos camponeses era, assim, constantemente privada de organização, o que era garantido pela influência de grandes intelectuais intermediários do capital setentrional (como Croce), os quais impediam que a questão meridional fosse formulada e difundida em termos radicais de uma reforma agrária.

A missão unificadora do proletariado estava inescapavelmente ligada “à sua capacidade de desagregar o bloco intelectual que é a armadura – flexível, mas extraordinariamente resistente – do bloco agrário” (GRAMSCI, 2004b, p. 435). Isso atuaria na construção de vínculos mais fortes entre as camadas populares italianas, pois “só são amplamente nacionais e portadoras do futuro duas classes: o proletariado e os camponeses” (GRAMSCI, 2004b, p. 435).

5 CONCLUSÃO

Lidar com o internacionalismo proletário numa perspectiva mais livre de juízos de valor ainda é tarefa árdua. Poucos se arriscaram a questionar o significado de algo tão difundido e, ao mesmo tempo, tão reificado no vocabulário político marxista. O

internacionalismo se constitui em parte fundamental da “autoimagem” de marxistas (ELIAS, 1993a; 1993b; 1994), muitos dos quais se veem como os verdadeiros herdeiros dos aspectos positivos e universalistas do Iluminismo (NAIRN, 1975).

Nesse sentido, ainda se faz comum uma reprodução acrítica do dilema legado por Marx e Engels (1998), que, no *Manifesto Comunista*, afirmaram que os proletários não teriam pátria nem propensão a vínculos nacionais, mas deveriam “fazer-se nação”.

Esse dilema ecoa em estudiosos de Gramsci, como Dias (2002). Em crítica ao italiano Luciano Gruppi (1978), por este analisar o conceito de hegemonia gramsciano – “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2002a, p. 95) – como mero acréscimo à teoria de Lênin, Dias (2002) ressalta a importância do período vivido por Gramsci em Turim para a construção daquela definição. Segundo argumenta, a hegemonia já se desenvolvia em sentido prático quando Gramsci defendia a união de camponeses e operários na Itália. Entretanto, Dias (2002) cita e não explica por que a autogestão mundial dos produtores demandava, para Gramsci (2004b), a unificação econômica e espiritual do povo italiano. Parece deixar pressuposto, então, que a construção da nacionalidade italiana seria, no máximo, um tipo de degrau evolutivo no desenvolvimento de um sistema internacionalista.⁹

É concebível ser internacionalista e não ser nacionalista? Os escritos gramscianos pesquisados sugerem que não: a militância do revolucionário italiano se iniciou e se desenvolveu através da necessidade de libertação nacional do povo sardo em relação ao domínio “colonial” do Norte (propósito que sofreu suas alterações, mas foi mantido até o cárcere). Alguns anos após mudar-se para Turim, Gramsci inseriu aquela bandeira no âmbito da

9 Veja-se: “Unificação nacional, extensão da cidadania, eliminação da exploração capitalista, eis as condições da criação da nova ordem, do Estado operário. A hegemonia, aqui claramente colocada, embora sem nome, é o elemento central desse processo” (DIAS, 2002, p. 236).

emancipação de todas as camadas populares italianas e mundiais, por meio de uma experiência conselheira que partiria das fábricas setentrionais para todo o Estado italiano e conectar-se-ia às lutas de outras nacionalidades (como os russos). Derrotado e isolado tal projeto de poder, concebeu a aliança camponesa-operária como um modo de manter a unidade territorial, estender a cidadania à maioria oprimida e, assim, unificar de vez a nação italiana.

Ainda que rejeitasse o nacionalismo como doutrina, Gramsci concatenou, na práxis, sentimentos e ações de caráter nacionalista e internacionalista; visou à construção de uma nação, a partir dos “de baixo”; e, em sentido histórico, retomou e aprimorou o projeto italiano de unidade nacional-popular vislumbrado por Garibaldi. Em termos sociológicos, isso parece apontar que:

1. A relação entre nacionalismo e internacionalismo, ao contrário do que pensa o senso corrente, é, na verdade, de surpreendente complementaridade, evidenciada sobretudo na ação política;
2. Dentre as características da comunidade nacional elencadas por Domingos e Martins (2006), a busca pela igualdade, a alimentar a luta dos socialmente discriminados em integrá-la, é um dos mais poderosos fatores de conformação desse tipo moderno de agrupamento humano.

Por fim, parafraseando dois outros importantes estudiosos das nacionalidades, seria possível dizer que Gramsci imaginou a nação italiana como soberana e limitada (ANDERSON, 2005); e o fez com toda a sua força em momentos de guerra (BALAKRISHNAN, 2000). No entanto, essa imaginação também se guiou pelo ideal de ruptura de fronteiras nacionais e de criação de novas formas de comunidade. Seria isso possível? Outras militâncias neste século talvez possam demonstrar.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Lisboa: Edições 70, 2005.

BALAKRISHNAN, G. A imaginação nacional. In: _____. (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 209 – 225.

BERTONHA, J. F. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DIAS, E. F. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Notas para o estudo da conjuntura em que se move o pensamento gramsciano**: do giolittismo à guerra mundial. v. 1. Campinas: UNICAMP, 2004a.

_____. **Notas para o estudo da conjuntura em que se move o pensamento gramsciano**: do pós-guerra à fundação do PCI. v. 2. Campinas: UNICAMP, 2004b.

DOMINGOS, M. O militar e a civilização. **Tensões Mundiais**: revista do Observatório das Nacionalidades, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 37 – 70, 2005.

DOMINGOS, M.; MARTINS, M. D. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**: revista do Observatório das Nacionalidades, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 80 – 111, 2006.

DUGGAN, C. **A concise history of Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993a.

_____. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993b.

FIORI, G. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GERRATANA, V. Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália In: HOBBSAWM, E. **História do Marxismo IV**: o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.11 - 49.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do cárcere**: O Risorgimento: notas sobre história da Itália. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Escritos políticos (1910-1920)**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos políticos (1921-1926)**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEPRE, A. **O prisioneiro**: a vida de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LÖWY, M. **Nacionalismos e internacionalismos**: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, C. N. *et al.* **O manifesto comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 07 - 41.

NAIRN, T. The Modern Janus. **New Left Review**, Londres, v. 1, n. 94, p. 03 - 29, 1975.